

AS PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL DOS ANOS 90

*João Braga Arêas*¹

RESUMO

Este artigo traça um panorama das privatizações no Brasil, destacando o apoio do Estado à diferentes frações do capital no processo de venda de empresas estatais.

Palavras-chave: Brasil, privatizações, empresas estatais.

RESUMEN

El artículo hace un panorama de las privatizaciones en Brasil, destacando el apoyo del Estado a las diferentes fracciones del capital en el proceso de venta de las empresas estatales.

UM BALANÇO DAS PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL

O presente artigo tem como tema as privatizações no Brasil. A venda de empresas estatais foi – e ainda é – elemento central das políticas neoliberais. Nosso propósito é traçar um panorama das desestatizações nos anos 90, ressaltando como o processo favoreceu alguns grupos empresariais. Trataremos dos diversos subsídios estatais às frações do capital, do papel dos fundos de pensão, da participação das multinacionais nos leilões de privatização, dos leilões do petróleo promovidos a partir de 1999 e das consequências das desestatizações para os trabalhadores das então empresas estatais.

A onda de privatizações no Brasil e mundo se vincula a disseminação do neoliberalismo e de crise do chamado “*Welfare State*”, a partir do final dos anos. De acordo com dados do Banco Mundial, de 1980 até fins dos anos 90, mais de 6.830 empresas públicas haviam sido vendidas em todo o mundo. No Brasil, segundo Sérgio Lazzarini, de 1990 a 2002, 165 estatais passaram, total ou parcialmente, para o controle privado.²

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, professor do Centro Universitário Geraldo Di Biase, do Colégio Pedro II e do Município de Duque de Caxias.

² CHOMSKY, Noam e DIETERICH, Heinz. *A sociedade global*. Blumenau: EDIFURB, 1999, p.79, LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.p.10.

Desde o final dos anos 70, em especial, durante a Constituinte (1987-1988), diversas associações das classes dominantes brasileiras, como o FIESP e o Fórum Nacional, vinham propugnando medidas liberalizantes e privatistas. Tais proposições eram veiculadas por diferentes empresas de comunicação – como Organizações Globo e Editora Abril (que publica *Veja*) – como soluções os problemas econômicos e sociais de “toda a nação”. Os governos eleitos nos anos 90, principalmente os de Collor e Fernando Henrique Cardoso, encamparam as demandas das entidades patronais e apresentaram as privatizações como eixos centrais de suas políticas econômicas.

Tanto os referidos governos quanto as associações da sociedade civil que apresentavam as privatizações como dinamizadoras da economia e propulsoras de melhorias sociais enfatizavam que as empresas estatais eram ineficientes, gastavam excessivamente, pagavam elevadíssimos salários aos funcionários públicos (retratados como “marajás”), beneficiavam apenas o próprio o “governo”, vitimando a “sociedade” – como se o Estado e a sociedade civil fossem entidades desvinculadas.

A análise da história econômica brasileira atesta que o Estado não atuou para tão somente agraciar seus próprios integrantes. Francisco de Oliveira e Sônia Regina Mendonça, avaliando o processo de acumulação de capital pós-1930, mostram que o Estado teve grande papel no desenvolvimento industrial, investindo em infraestrutura e na própria produção de modo a oferecer insumos e serviços a preços subsidiados para as empresas privadas, regulando as relações entre capital e trabalho (incluindo preço da força de trabalho, nivelada por baixo), facilitando o crédito com juros menores e penalizando o setor agro-exportador. Nesse sentido, a fração industrial do capital teve as condições para a expansão propiciadas pelo Estado, ou seja, com recursos públicos.³

As considerações acima são importantes para a compreensão das dificuldades financeiras que algumas empresas estatais passaram a atravessar nos anos 80, tão ressaltadas pelos defensores das privatizações. Com o intuito de subsidiar o capital privado e também atenuar o descontrole inflacionário, as estatais prestavam serviços a preços defasados. As siderúrgicas estatais chegaram a ter preços reduzidos em até 75%. De 1975 a 1988, as tarifas de

³ OLIVEIRA, Francisco. *Economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1981, MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

eletricidade haviam se desvalorizado 34%, as de transporte ferroviário 42% e as de telefonia 53%.⁴

Além de oferecer serviços a preços reduzidos, maximizando os lucros das empresas privadas, as estatais foram utilizadas por alguns governos para viabilizar suas políticas econômicas e permiti-las honrar o pagamento das dívidas interna e externa. Boa parte dos investimentos promovidos pelo Governo Geisel (1974-1979), através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), foi captada pelas empresas públicas – que se endividaram, mas continuaram servindo como captadoras de novos empréstimos no exterior. As verbas das Teles e da Embratel, empresas do sistema Telebrás, migravam compulsoriamente para os cofres do Tesouro Nacional. Em 1984, o governo Figueiredo confiscou recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações (US\$ 10 bilhões) que deveriam ser aplicados na melhoria e desenvolvimento dos serviços.⁵

Há que se considerar ainda, para a compreensão da crise financeira atravessada por algumas estatais, que o Estado foi cortando investimentos nas empresas públicas. Em 1989, sob o governo Sarney, um decreto da presidência da República proibiu o BNDES de realizar empréstimos para as estatais. Em contrapartida, no ano de 1997, FHC assinou um decreto que permitia o BNDES disponibilizar recursos para empresas estrangeiras.

Assim, diferente do que sustentavam os adeptos das privatizações, o Estado não pode ser considerado como uma entidade monolítica, sem conteúdo de classe, separada da sociedade, que possui lógica própria e atende a seus próprios interesses. A industrialização brasileira, principalmente após 1930, ilustra o caráter classista do Estado: o grande capital foi subvencionado pelas agências estatais. Como veremos ao longo deste artigo, o processo de privatização não teria um caráter distinto.

Os governos Collor, Itamar e FHC, juntamente com alguns governos estaduais, promoveram a venda de diversas estatais, como Usiminas, Vasp, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN),

⁴ BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.p.34, GRACIOLLI, Edison José. *Privatização da CSN: da luta de classe à parceria*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.p.221.

⁵ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes e CARRION, Raul K. M. *Globalização, neoliberalismo, privatizações, quem decide este jogo?* Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1997.p.195, CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...op.cit.p.41*, PRATA, José, BEIRÃO, Nirlando e TOMIOKA, Teiji. *Sérgio Motta: o trator em ação*. São Paulo: Geração Editorial, 1999.p.330, GONÇALVES, Reinaldo e POMAR, Valter. *O Brasil endividado, como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90*. São Paulo: Perseu Abramo, 1996.p.11.

Vale do Rio Doce, Sistema Telebrás, Embraer, Rede Ferroviária Federal, Banco Meridional, Banerj, Banespa, Light, CEG e Eletropaulo. A Petrobrás não foi privatizada, mas com o fim do monopólio estatal da exploração de petróleo, foram organizados leilões de áreas petrolíferas, que eram abertos a empresas privadas, nacionais ou estrangeiras. Um documento de 1999, “Memorando de Política Econômica”, registrado no Ministério da Fazenda, revela que alguns membros do governo FHC tinham interesse em avançar mais no processo de desestatização e vender o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobrás.⁶

Os adeptos das privatizações garantiam que as desestatizações gerariam empresas eficientes, lucrativas, prestadoras de bons serviços e destituídas de corrupção, pois estariam afastadas dos governos. Uma vez iniciado o processo de venda das estatais, números foram – e continuam sendo – apresentados para demonstrar que todos os cidadãos foram beneficiados com as privatizações.

Foi ressaltado o aumento da lucratividade e da produtividade das ex-estatais. Na siderurgia, a produção total passou de 20,5 milhões de toneladas de aço, em 1990, para 32,9 milhões de toneladas, em 2004. A Embraer transformou-se em uma das maiores produtoras de aviões comerciais do mundo - de 1994 a 2009, obteve US\$ 23 bilhões com exportações. O “valor de mercado” da Vale do Rio Doce, passados dez anos da privatização, passou de US\$ 10 bilhões para US\$ 97 bilhões. O número de empregados da mineradora foi ampliado: passou de 11 mil para 52 mil. Com orgulho, FHC observa em seu livro de memórias que a Vale passou a pagar mais impostos ao Tesouro depois de desestatizada.⁷

Quando se trata de defender as privatizações com números, o caso da telefonia é mais citado. Os advogados da desestatização ressaltam os problemas do setor nos tempos de monopólio estatal: os pedidos para se ter um telefone em casa eram demorados; cerca de 80% dos telefones pertenciam às classes A e B; em 1987, a taxa de congestionamento das linhas chegava a 10%. Cinco anos após a privatização, os terminais de linha fixa mais que duplicaram. Houve grande crescimento do número de celulares: de 800 mil em 1995, para mais de 80 milhões em 2005.⁸

⁶ RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária Tucana*. São Paulo: Geração Editorial, 2011.p.37.

⁷ Em 2008, a Embraer tinha 19.200 funcionários, crescimento de 336% desde a privatização. CARVALHO, Ney. *A guerra...*op.cit.p.189, 277 e 359, CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

⁸ No Rio de Janeiro, dez anos após a privatização, o número de linhas de telefones celulares passou de 392 mil para 10,5 milhões. PRATA, José, BEIRÃO, Nirlando e TOMIOKA, Teiji. *Sérgio Motta...*op.cit.p.65, 330 e 331,

Fernando Henrique Cardoso declara que “qualquer avaliação isenta” chega à conclusão de que as privatizações “foram limpas e vantajosas para o país, para as empresas, para os consumidores e para os cidadãos”.⁹

A observação de Cardoso não é unânime. Em uma sociedade dividida em classes sociais, é problemática a afirmação de que “o país”, como um bloco monolítico e harmônico, foi beneficiado ou não com um determinado processo histórico. Entretanto, pode-se afirmar com segurança que alguns grupos sociais foram favorecidos com as privatizações, como veremos a seguir.

As desestatizações possibilitaram a transferência de gigantescas massas de riquezas para alguns grupos capitalistas, nacionais e estrangeiros. Esse processo foi facilitado por diferentes governos que ofereceram uma série de estímulos, vantagens e financiamentos aos compradores das estatais.

Algumas empresas públicas que foram transferidas para os grupos privados tinham imenso patrimônio e eram lucrativas. A Vale do Rio do Doce, em 1997, ano de sua venda, era a segunda maior mineradora do mundo, a maior exportadora de minério de ferro, tinha cerca de quarenta empresas e seu faturamento era de US\$ 2 bilhões por ano.¹⁰

O Grupo Telebrás também tinha grandes dimensões. Em 1993, foi situado pelo banco de investimento inglês Solomon Brothers como a sexta empresa de telecomunicações mais rentável do mundo. Foi a companhia mais lucrativa do Brasil em 1992, de acordo com uma publicação da Fundação Getúlio Vargas. Teve lucro de R\$ 4,3 bilhões em 1997. Somente a Telesp, nos primeiros nove meses desse ano, lucrou R\$ 566 milhões. A Telebrás mantinha o único centro de pesquisa em telecomunicações da América Latina, um dos cinco maiores do

CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização das telecomunicações*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.163, CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política...* op.cit.p.589, CARVALHO, Ney. *A guerra das privatizações*. São Paulo: Editora da Cultura, 2009, p.401.

⁹ A observação foi feita no prefácio do livro “*Guerra das privatizações*”, de Ney Carvalho, lançado em 2006. A publicação é abertamente favorável às desestatizações. CARVALHO, Ney. *A guerra...* op.cit.p.11

¹⁰ Em 1997, a Vale era a oitava maior empresa do país. Possuía mais de 1.800 quilômetros de ferrovias; centenas de milhares de hectares de floresta; mais de um milhão de hectares de terra só no estado do Pará, fábricas de celulose; dois portos de elevado calado; 41 bilhões de toneladas de minério de cobre; 100% do Manganês do país; a maior frota de graneleiros do mundo; detinha as maiores reservas de ouro da América Latina; maior produtora de alumínio, atuando nos campos do aço, ferro-ligas, fertilizantes, caulim, cobre, prata, níquel, etc. Tinha grandes reservas de nióbio, titânio e potássio. A Docegeo, voltada para a pesquisa mineral, administrava concessões de exploração em áreas que totalizavam 23,5 milhões de hectares. RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária...* op.cit.p.36, LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de laços...* op.cit.p.17, NEPOMUCENO, Eric. *O massacre: Eldorado do Carajás: uma história de impunidade*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.p.187, VIZENTINI, Paulo G. Fagundes e CARRION, Raul K. M. *Globalização, neoliberalismo, privatizações*. Porto Alegre: UFRGS, 1997. op.cit.p.202 e 203, CARVALHO, Ney. *A guerra...* op.cit.p.310 e 311.

mundo, o Centro de Pesquisas e Desenvolvidos (CPqD). Provavelmente considerando informações como essas, Luiz Carlos Presser Pereira, ex-ministro de FHC, observou: “só um bobo dá a estrangeiros serviços públicos como telefonias fixas e móvel”.¹¹

Algumas estatais foram vendidas com dinheiro em caixa. No momento da desestatização, a Vale tinha R\$ 700 milhões. A Telefônica desembolsou R\$ 2,2 bilhões na entrada pela Telesp, sendo que esta última tinha em caixa cerca de R\$ 1 bilhão. Compras e estoques obtidos pela empresa de telefonia paulista também foram repassados a nova proprietária, o que a fez passar oito meses sem precisar adquirir novos materiais.¹²

Apesar dos representantes dos governos analisados insistirem que o Estado estava falido, sustentando que não podiam destinar recursos às estatais e que o melhor a fazer seria privatizá-las, as empresas públicas receberam uma série de investimentos para se tornarem mais atrativas – ou seja, mais lucrativas – aos grupos privados que as adquirissem. Antes da venda, a CSN recebeu uma injeção de recursos da ordem de R\$ 1,9 bilhão e a Açominas, R\$ 4,7 bilhões. Entre 1995 a 1998, o Sistema Telebrás obteve R\$ 23,5 bilhões em investimentos governamentais, sendo vendido em seguida por um valor inferior (R\$ 22,2 bilhões).¹³

Visando fazer com que as estatais se tornassem ainda mais interessantes para os futuros proprietários, os governos assumiram dívidas e tomaram para si a responsabilidade de pagar indenizações e aposentadorias para os funcionários que fossem demitidos. Antes da venda, o governo assumiu dívidas de US\$ 2 bilhões da CSN e US\$ 3 bilhões da Fepasa. Para leiloar a Cosipa, obtendo R\$ 300 milhões, o governo incorporou débitos de R\$ 1,5 bilhão. O governo da Bahia investiu R\$ 2 bilhões no Baneb - o Bradesco o adquiriu por 260 milhões. O governo do estado Rio de Janeiro gastou cerca R\$ 7 bilhões para preparar o Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) para a privatização, obtendo R\$ 330 milhões do comprador (o Itaú) - quase 25 vezes menos. Em seu livro de memórias, FHC trata da compra de 60% do capital

¹¹ O Sistema Telebrás era o maior da América Latina e, em 1992, era o 12º maior sistema do mundo. Na revista *Exame* de dezembro de 1991, referente aos 50 maiores grupos econômicos do Brasil, o Sistema Telebrás ocupava o segundo lugar em relação ao patrimônio líquido e o terceiro em relação às vendas efetuadas. Na lista dos dez maiores contribuintes do Imposto de Renda do primeiro semestre de 1992, apareciam seis empresas pertencentes ao Sistema Telebrás. O CPqD contava com cerca de mil engenheiros e cientistas e ganhou renome internacional em tecnologia por meio de suas conquistas na comunicação via satélite, de centrais eletrônicas digitais e no desenvolvimento de fibra ótica. VIANNA, Gaspar. *Privatização...* op.cit.p.58-74, PRATA, José, BEIRÃO, Nirlando e TOMIOKA, Teiji. *Sérgio Motta...* op.cit.p.258 e 305, CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...* op.cit.p.40, apud RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária...* op.cit.p.68.

¹² BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003, p.16 e 64.

¹³ BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...* op.cit.p.19, CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...* op.cit.p.50.

votante do Banespa pelo Santander e da incorporação de dívidas por parte de seu governo. “[A privatização ocorreu] não sem que o governo federal absorvesse (...) grande parte da dívida mobiliária de São Paulo (cerca de 50 bilhões de reais em valores correntes de 1997, equivalentes a cerca de metade do total da dívida dos estados renegociada com a União, que passaram a ser pagos em parcelas mensais)”.¹⁴

Como vimos anteriormente, visando subsidiar o capital privado, as estatais ofereciam serviços a preços baixos. Porém, às vésperas da privatização, os governos reajustaram as tarifas de modo a tornar as empresas públicas mais lucrativas para os futuros proprietários. Estes continuaram aumentando os preços após a desestatização. Na telefonia, de 1995 a 1997, a assinatura básica teve acréscimo de 513,65% e os pulsos 80%. Após a privatização, o preço dos serviços continuou se elevando, fazendo com que a telefonia no Brasil figurasse entre as mais caras do mundo. Entre 1995 a 2002, a tarifa elétrica foi reajustada a uma taxa três vezes superior a da inflação acumulada. Na preparação para a desestatização das siderúrgicas, o aço teve aumentos de até 300%. Conforme um estudo da FGV de 2001, os serviços de água e esgoto foram reajustados em 135% após as privatizações.¹⁵

Os grupos empresariais interessados nas estatais contaram com generosos financiamentos públicos, principalmente do BNDES e do Banco do Brasil, que continuaram a ser feitos após os leilões. Os compradores da Vasp, uma das primeiras empresas privatizadas, receberam empréstimos do Banco do Brasil. No setor elétrico, o BNDES forneceu R\$ 5 bilhões dos R\$ 28 bilhões utilizados na compra das companhias do ramo. Na desestatização das telecomunicações, o BNDES se prontificou a financiar metade dos lances e dos investimentos das empresas nacionais. E foi mais longe no caso do consórcio Telemar: como seus integrantes não tinham verbas para pagar a primeira parcela, o BNDESpar terminou por entrar com mais recursos e passou ter participação de 25% no consórcio. Também nos leilões da Telebrás, o Banco do Brasil disponibilizou uma carta de fiança de R\$ 847 milhões que

¹⁴ Em sua preparação a privatização, o Banerj foi terceirizado e sua administração ficou temporariamente sob responsabilidade do Banco Bozano Simonsen, que deveria torná-lo atrativo para os investidores privados. CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política...* op.cit.p.368, ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais no Brasil*. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010, p.325, MACCALÓZ, Maria Salete [et al]. *Globalização, neoliberalismo e direitos sociais*. Rio de Janeiro: Destaque, 1997.p.87, BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...* op.cit.p.14 e 63, BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado II, o assalto das privatizações continua*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.p.52.

¹⁵ CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...* op.cit.p.170, 176 e 188, LESBAUPIN, Ivo e MINEIRO, Adhemar. *O desmonte da nação em dados*. Petrópolis: Vozes, 2002.p.33, BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...* op.cit.p.22, BOMFIM, Benedito Calheiros e LEITE, Júlio César do P. *Declínio do neoliberalismo e alternativas à globalização*. Rio de Janeiro: Destaque, 2001.

permitiu a Solpart Participações, empresa do grupo Opportunity, ingressar na disputa (a Solpart não ofereceu nenhuma garantia ao banco estatal e foi fundada há um mês do leilão, com capital irrisório de R\$ 1 mil). Já privatizadas, a CSN obteve R\$ 1,1 bilhões e a Light R\$ 730 milhões do BNDES.¹⁶

Outro fator que facilitava a aquisição de estatais pelo capital privado era o uso das “moedas podres” – geralmente, títulos de dívidas da União – utilizadas como forma de pagamento, principalmente nos primeiros anos das privatizações. Os adeptos das desestatizações sustentavam que a aceitação dessas “moedas de privatização”, como eram oficialmente chamadas, se constituía numa maneira do Estado honrar seus compromissos e reduzir seu endividamento. É possível que os governos tenham optado por essas moedas como forma de atrair o capital financeiro para as privatizações.

Os críticos dessas modalidades de pagamento chamavam atenção para os deságios de 50% (em alguns casos, 60%) das “moedas podres”, que passavam a valer apenas metade do valor de face. Isso fez com que os US\$ 9,026 bilhões recebidos pelo governo até o ano 2000 em “moedas podres” valessem na prática US\$ 4,513 bilhões. Para os compradores, esses títulos tornavam as empresas públicas mais facilmente arrematáveis – somado ao fato de que o BNDES também financiava a compra dessas “moedas podres”, que poderiam ser pagas em dez anos, a juros baixos. Mesmo um defensor das privatizações, o jurista com atuação no mercado de capitais Ney Carvalho, ao tratar do caso da Light, no qual o uso de tais títulos foi excepcionalmente vetado, admite que estes tornavam as desestatizações mais baratas para os grupos capitalistas envolvidos no processo: “na venda da Light não seriam admitidas moedas de privatização, que reduziam os custos dos adquirentes. O mercado reagiu (...) [pois] a obrigatoriedade do pagamento em reais onerava a operação”.¹⁷

Como se não bastasse transferir as empresas públicas aos grupos capitalistas com uma série de estímulos e subsídios – financiamentos, aumento das tarifas dos serviços, uso de “moedas

¹⁶ KRIEGER, Gustavo, NOVAES, Luiz Antônio e FARIA, Tales. *Todos os sócios do presidente*. São Paulo: Scritta Editorial, 1992.p.118-121, *Carta Capital*, Ano XVI, 03 de março de 2010, CARVALHO, Ney. *A guerra...*op.cit.p.478 e 479, RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária...*op.cit.p.96, BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...*op.cit.p.19 e 57, LESBAUPIN, Ivo e MINEIRO, Adhemar. *O desmonte da nação em dados*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.55, BOITO JUNIOR, Armando. *Política neoliberal e o sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999, p.55.

¹⁷ BOMFIM, Benedito Calheiros e LEITE, Júlio César do P. *Declínio do...*op.cit.p.23, GRACIOLLI, Edison José. *Privatização da CSN...*op.cit.p.215, CARVALHO, Ney. *A guerra...*op.cit.p.158 e 291, ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais...*op.cit.p.284 e 232, BOITO JUNIOR, Armando. *Política neoliberal...*op.cit.p.54, BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...*op.cit.p.8.

podres”, investimentos anteriores à venda e incorporação das dívidas – os governos neoliberais foram acusados pelos críticos das privatizações de cobrarem preços baixos pelas estatais. Tal fato ocorria principalmente porque os valores cobrados não se baseavam no patrimônio das empresas e sim no faturamento que elas proporcionariam nos anos seguintes. Assim, a CSN, cuja instalação requeria US\$ 11,2 bilhões, de acordo cálculos da consultora multinacional JaakoPoyry, foi vendida por US\$ 1,05 bilhão.¹⁸

Além disso, segundo os críticos, os próprios cálculos dos lucros futuros das estatais a serem privatizadas foram marcados por distorções. Suspeitas recaiam sobre as empresas de consultoria, boa parte delas multinacionais, que definiam os preços mínimos das empresas públicas. Integrantes da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Cope), da UFRJ, questionaram os valores estabelecidos para a Vale do Rio Doce e o Sistema Telebrás. O Conselho Regional de Economia da 1ª Região do Rio de Janeiro apontou para deformações que rebaixaram o preço mínimo da CSN, como subestimação da produção em toneladas de aço líquido da siderúrgica e superestimação dos custos de produção e dos investimentos para redução de emissão de poluentes.¹⁹

Enquanto alguns grupos empresariais eram favorecidos com as desestatizações, muitos trabalhadores das empresas privatizadas ou em vias de serem privatizadas mobilizavam-se contra o processo. Não raro, os sindicatos das estatais eram os principais adversários das desestatizações.

De fato, os funcionários das estatais tinham razões em temer o processo de privatização. Antes das vendas, objetivando tornar as empresas mais lucrativas aos futuros compradores, os governos promoveram demissões e aposentadorias em grande escala. Após os leilões, os novos proprietários prosseguiram com a política de “enxugamento”, reduzindo ainda mais o quadro de trabalhadores. Alguns exemplos: o número de empregados na CSN passou de 23,2 mil em 1989, para 16,35 mil em 1991. As demissões continuaram na siderúrgica depois da privatização: entre 1994 e 1997, houve diminuição de 5.282 postos de trabalho. Enquanto era preparado para ser vendido, o Banerj teve seu quadro de funcionários encolhido em cerca de

¹⁸ BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...*op.cit.p.39, GRACIOLLI, Edison José. *Privatização da CSN...*op.cit.p.327.

¹⁹ A Vale do Rio Doce foi vendida por US\$ 3,3 em 1997. Em 2000, teve lucro de US\$ 1.091 bilhão. Em 2011, a empresa era avaliada em US\$ 200 bilhões de reais. CARVALHO, Ney. *A guerra...*op.cit.p.314 e 453, GRACIOLLI, Edison José. *Privatização da CSN...*op.cit.p.325, BOMFIM, Benedito Calheiros e LEITE, Júlio César do P. *Declínio do...*op.cit.p.19, RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária...*op.cit.p.70.

50% (6.200 demissões). Na Malha Nordeste da Rede Ferroviária Federal, em 1997, restavam 1.800 trabalhadores dos 4.500 de dois anos antes. Na Petroflex, entre 1990 e 1994, o quantitativo de empregados passou de 2.510 para 742. Na reestruturação anterior à desestatização, o Banco Meridional teve o número de agências reduzidas (de 378 para 222) e o quadro funcional achatado (18 mil para 7 mil). Nesse sentido, para fatia expressiva dos trabalhadores, a privatização significava desemprego.²⁰

Para os funcionários que permaneceram nas ex-estatais, o cenário costumava ser marcado pela perda da estabilidade no emprego e de outros direitos trabalhistas, terceirização, maior precarização e intensificação do ritmo do trabalho. Esse foi o caso da Vale, que adotou uma agressiva política de terceirização – menos de 40% dos trabalhadores são diretamente vinculados à empresa. Há muitos casos de empregados terceirizados em más condições de trabalho e abundam processos trabalhistas contra a Vale. Entre 2006 e 2007, a Inspeção do Trabalho da cidade de Marabá (PA) recebeu oito mil denúncias: verificou-se que havia violação coletiva dos direitos dos funcionários, que estavam sendo submetidos a trabalhos cansativos e desgastantes. Uma inspeção da Procuradoria Regional do Trabalho de Minas Gerais, ocorrida em 2006, em Mariana, registrou que uma empresa filial da Vale (Samarco) havia cometido mais de quarenta infrações trabalhistas.²¹

Nas empresas de telecomunicações, as terceirizações, que já ocorriam antes das privatizações, foram sensivelmente aprofundadas. As companhias passaram a empregar diretamente um núcleo de funcionários cada vez mais restrito, geralmente ligado à área técnica de desenvolvimento de produtos e estratégia de *marketing*. Como observa Sávio Cavalcante, “para o usuário o resultado final é inusitado: do pedido de uma linha telefônica, à instalação,

GRACIOLLI, Edison José. *Privatização da CSN...* op.cit.p.175 e 332, BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...* op.cit.p.13, CARVALHO, Ney. *A guerra...* op.cit.p.209, 225, 246, 367 e 380, BOMFIM, Benedito Calheiros e LEITE, Júlio César do P. *Declínio do...* op.cit.p.21.

²¹ Muitas linhas poderiam escritas sobre a relação entre a Vale e o meio ambiente. A mineradora vem promovendo desmatamentos, deslocamento de populações, destruição de modelos tradicionais de subsistência, poluição atmosférica, intervenções em mananciais de abastecimento público e contaminação de cursos d'água. Em 2008, a Vale era a empresa mais multada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) – por sistematicamente recorrer na Justiça, a mineradora raramente paga as multas. Em 2012, em “concurso” criado pelo Greenpeace Suíça e Declaração de Berna, a Vale conquistou o “prêmio” de pior transnacional do mundo em questões ambientais, sociais e trabalhistas. A indicação da Vale à referida “seleção” foi realizada pela Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, representada no Brasil pela Rede Justiça nos Trilhos, e as ONGs Amazon Watch e Xingu Vivo para Sempre. BOSSI, Ver Dário [et al]. *A face agressiva da Vale* IN INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO STIFTUNG [et al]. *Empresas transnacionais brasileiras*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, .p.162, 169 e 170, CARVALHO, Luiz Maklouf. *A Vale é Verde?* IN <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=32287>, “Vale vence prêmio de pior empresa do mundo” IN <http://carosami.gos.terra.com.br/index2/index.php/noticias/2448-vale-vence-premio-de-pior-empresa-do-mundo> (acessos 13/02/2012)

reparos, e reclamações em *call centers*, em suma, em todo seu processo de relação com uma companhia de telecomunicação ele não pode, *em nenhum momento sequer*, entrar em contato direto com trabalhadores da empresa central”.²²

O aumento da intensidade de trabalho e perdas salariais foram a realidade nas companhias de telecomunicações. A remuneração oferecida pela “Atento”, empresa de *call centers* criada pela Telefônica, é inferior a metade do que recebia o antigo teleoperador Telesp.²³

Na CSN, a privatização levou ao aprofundamento da reestruturação produtiva e da terceirização, cujas primeiras tentativas de implementação datam dos anos 70. A estabilidade no emprego foi solapada e a competitividade entre os próprios trabalhadores estimulada.²⁴

Segundo César Honorato, as privatizações resultaram em “demissões em massa da força de trabalho das empresas com ampliação desumana das taxas de mais-valia relativa e absoluta”.²⁵

Alguns grupos empresariais se destacaram nas desestatizações. O capital nacional predominou nas primeiras privatizações, uma vez que existiam restrições legais à presença de corporações estrangeiras. Sobressaíram-se, dentre outros, Bozano Simonsen, Safra, Bradesco, Itaú, Unibanco, Vicunha, Ipiranga, Odebrecht, Camargo Correia, Andrade Gutierrez, Gerdau, Votorantim e Opportunity. Alguns exemplos ilustram o processo: o Banco Bozano, Simonsen liderou os consórcios que compraram a Usiminas e a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), assessorou a aquisição da Cosipa, fez investimentos na Escelsa, teve grande papel na venda da Embraer e comprou 100% do Banco Meridional do Brasil. O grupo Vicunha – cuja figura mais conhecida é Benjamin Steinbruch – adquiriu a CSN, participou da compra da Light, das malhas ferroviárias Centro-Leste, Sudeste e Nordeste, da Vale do Rio Doce, do porto de Sepetiba e Angra dos Reis e obteve concessões de telefonia celular na Bahia, Sergipe

²² CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...*op.cit.p.199 e 200 (grifos do autor).

²³ A Atento é contratada por empresas de diversos setores e emprega cerca de 27 mil trabalhadores. “As características maçantes do trabalho de teleoperador e o perfil médio dos trabalhadores – principalmente jovens – coadunam numa elevada taxa de rotatividade do trabalho: cerca de 200 pessoas são demitidas ou contratadas diariamente”. CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...*op.cit.p.217 (grifo do autor).

²⁴ CARUSO, Danilo Spinola. *Reestruturação produtiva e movimento operário em Volta Redonda*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.p.165 e 166.

²⁵ HONORATO, César. Ensaio sobre acerca das Políticas Públicas de Privatização no Brasil Recente IN GUIMARÃES, Carlos G.; PINHEIRO, Théo L; CAMPOS, Pedro H. P. (orgs). *Ensaio de História Econômico-social: séculos XIX e XX*. Niterói: EdUFF (no prelo).

e Minas Gerais. O Grupo Opportunity, de Daniel Dantas, fez incursões no Porto de Santos, Vale do Rio Doce e em setores de telefonia. O Itaú adquiriu o Bemge, Banerj e Banestado.²⁶

Como se percebe, as privatizações fizeram com que um grupo reduzido de conglomerados empresariais ampliasse ainda mais sua proeminência econômica. Principalmente a partir da abolição das restrições ao capital estrangeiro, durante o governo FHC, esses setores do capital nacional aprofundaram suas associações com as multinacionais no processo de desestatização.

O capital estrangeiro foi mais presente a partir da privatização das empresas de alguns setores da economia, como eletricidade, mineração e telecomunicações. Alguns exemplos: a Scorpio Acquisition Company, *off-shore* nas Ilhas Cayman, cujo controle era detido por bancos de investimento norte-americanos, obteve maior fatia do capital votante da Embraer (posteriormente, a ex-estatal teria o fundo dos EUA Oppenheimer como um de seus proprietários). O consórcio que comprou a Vale era integrado pelo norte-americano Nations Bank (hoje, a japonesa Mitsui é importante acionista da mineradora). A Eletropaulo e a Light foram compradas pela francesa Electricité de France (EDF) e pelas norte-americanas AES e Realiant. O conglomerado espanhol Iberdrola integrou os consórcios que venceram os leilões de distribuidoras de energia dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. A Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (CERJ) foi adquirida por um consórcio formado pela chilena Chilectra, a portuguesa EDP e a espanhola Endesa. O Santander, da Espanha, comprou o Banespa e, ao adquirir o Bozano, Simonsen, passou a controlar o Banco Meridional.²⁷

As multinacionais foram predominantes na desestatização das telecomunicações. No leilão do Sistema Telebrás, o capital estrangeiro passou a ter controle de dez das doze empresas colocadas à disputa. Destacaram-se os conglomerados espanhóis e portugueses, principalmente a Telefônica e a Portugal Telecom, que arremataram quatro estatais. A Telesp foi comprada pelo consórcio formado pela Telefônica, Banco Vizcaya, Iberdrola e Portugal Telecom. A Embratel foi adquirida pelas norte-americanas MCI e Sprint. A canadense TIW

²⁶ BOITO JUNIOR, Armando. *Política neoliberal...* op.cit.p.51-53, CARVALHO, Ney. *A guerra...* op.cit.p.79-81, 390 e 391.

²⁷ LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de laços...* op.cit.p.2, 9, 34 e 161, CARVALHO, Ney. *A guerra...* op.cit.p.275, 279, 390 e 391, HONORATO, César. Império e imperialismo: a propósito de las privatizaciones del sector eléctrico en Brasil IN Marx Vive, nº 16. p.408 e 409.

foi uma das compradoras da Telemig Celular. A Telecom Itália se tornou acionista da Tele Centro Sul e Tele Celular Sul.²⁸

Não obstante os discursos neoliberais que enfatizavam a incapacidade do Estado em gerir empresas, algumas estatais estrangeiras vieram comprar empresas públicas no Brasil. A EDF, que comprou a Light e a Eletropaulo, era uma estatal francesa. Tal condição não a impediu de obter financiamento do BNDES – com verbas públicas, uma estatal estrangeira pode adquirir estatais nacionais.²⁹

Os defensores da abertura das privatizações ao capital externo insistiam que os investidores estrangeiros trariam investimentos e tecnologia ao Brasil. O que não ressaltavam era que, uma vez compradas empresas públicas, o capital internacional passava a remeter seus lucros para o exterior, deteriorando a balança de pagamentos. Além disso, os proprietários estrangeiros aumentavam o passivo da dívida externa ao tomarem empréstimos fora do Brasil. Finalmente, a tendência dos novos proprietários era utilizar fornecedores de equipamentos e serviços estrangeiros, dificultando a situação de empresas brasileiras que tinham as estatais como clientes – muitas delas faliram ou foram compradas por multinacionais. Na telefonia, alguns equipamentos passaram a utilizar 97% de peças importadas. A crise na indústria de teleequipamentos favoreceu a norte-americana Lucent a adquirir mais de quinze companhias nacionais do setor.³⁰

Quanto à relação entre multinacionais e privatizações no Brasil, deve-se considerar que as primeiras não participaram somente como compradoras de estatais. O capital externo e alguns organismos internacionais, como o Banco Mundial, tiveram influência intelectual no processo de desestatização – além de serem importantes na mundialização do receituário neoliberal como um todo. No caso da venda de empresas públicas brasileiras, várias firmas multinacionais de consultoria e instituições ligadas ao capital financeiro foram contratadas pelo governo para estabelecer os preços mínimos e a maneira como as empresas públicas deveriam ser vendidas. Desempenharam este papel, dentre outros, Deutsche Bank, Prince

²⁸ PETRAS, James e VELTMEYER, Henry. *Brasil de Cardoso, a desapropriação do país*. Petrópolis: Vozes, 2001.p.74, CARVALHO, Ney. *A guerra...*op.cit.p.459-466, CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...*op.cit.p.69.

²⁹ CARVALHO, Ney. *A guerra...*op.cit.p.296 e 297, LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de laços...*op.cit.p.10.

³⁰ BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...*op.cit.p.25-27, CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...*op.cit.p.288, GONÇALVES, Reinaldo e POMAR, Valter. *O Brasil endividado...*op.cit.

Waterhouse, Solomon Brothers, Merrill Lynch, Lehman Brothers, Morgan Stanley, Firts Boston, Dresdner Kleinwort Berson, Mckinsey e Arthur Andersen.³¹

O processo de abertura das telecomunicações ilustra a preeminência das empresas que prestaram consultoria no processo de privatização, pois foram estas que organizaram os textos legais para as alterações do setor. O governo federal assinou acordo de “cooperação técnica” com a União Internacional de Telecomunicações (UIT), vinculada a ONU. A UIT, por sua vez, fez contratos com diversas outras empresas. O consórcio Lehman Brothers/Dresdner Kleinwort Benson, para citar um exemplo, foi contratado para prestar assessoria financeira para o desenvolvimento das disposições sobre a privatização do Sistema Telebrás que deveriam ser incorporadas ao texto da Lei Geral de Telecomunicações (LGT).³²

De acordo com seus defensores, as privatizações gerariam concorrência e, por conseguinte, universalização dos serviços. Porém, vimos que o processo fortaleceu alguns conglomerados, nacionais e estrangeiros, favorecendo a monopolização econômica. No campo da telefonia, a competição entre companhias foi limitada pela preponderância de poucas empresas. A Vésper, comprada em 2003, seria uma “empresa-espelho”, que faria concorrência com a Telefônica. Porém, dois anos depois, havia tomado apenas 1,3% do mercado da concorrente. Ademais, existem os chamados “monopólios naturais”, como água e gás, pois seria antieconômico realizar a duplicação de suas redes. Para esses casos, houve simplesmente a passagem do monopólio estatal para o privado.³³

A concorrência foi mais forte, evidentemente, onde havia perspectiva de maiores lucros. Na telefonia, as empresas se voltaram principalmente para o mercado corporativo. Como atesta o Atlas Brasileiro de Telecomunicações de 2006: “a competição das autorizadas fica mais intensa apenas em poucos nichos de alto poder aquisitivo”. As regiões mais pobres do país despertaram menos interesse: em 2002, 62% dos domicílios do Nordeste não possuíam acesso à telefonia. Conforme Sávio Cavalcante, “o serviço de telefonia está universalizado para *quem*

³¹ CARVALHO, Ney. *A guerra...*op.cit.p.175 e 176, PRATA, José, BEIRÃO, Nirlando e TOMIOKA, Teiji. *Sérgio Motta...*op.cit.p.259 e 382

³² PRATA, José, BEIRÃO, Nirlando e TOMIOKA, Teiji. *Sérgio Motta...*op.cit.p.357 e 358.

³³ CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...*op.cit.p.179 e 187, ASSIS, J. Carlos. *A nêmesis da privatização*, a receita de transformar empresas de serviços públicos regulamentadas em monopólios privados desregulados. Rio de Janeiro: Mecs, 1997.p.47.

pode pagar por ele, muito diferente da proposta de um sistema realmente público, que por sinal também não era o anterior”.³⁴

Os fundos de pensão de empresas estatais – como a Previ, do Banco do Brasil, a Petros, da Petrobrás e a Funcef, da Caixa Econômica Federal – atuaram de maneira marcante nas privatizações, integrando consórcios e obtendo participações acionárias em diversas companhias. A Previ, a Petros e a Funcef, por exemplo, são acionistas da Vale.³⁵

Para alguns autores, a importância dos fundos de pensão no processo demonstraria que não teria ocorrido uma real desestatização no Brasil, pois tais fundos pertencem aos funcionários de estatais e os governos conseguem impor parte de seus gestores. Tal constatação seria reforçada pelo fato do BNDESpar também ter participação acionária em empresas privatizadas. Esta é a linha de análise de Sérgio Lazzarini, que chega a afirmar que as privatizações reforçaram a influência governamental na economia.³⁶

Não compartilhamos deste ponto de vista. Não entendemos a participação do BNDES e dos fundos de pensão como mecanismos do Estado manter seu domínio na economia. A ação do banco público e dos fundos se configurou em mais uma forma, das muitas citadas anteriormente, de subsidiar o capital privado na compra das estatais. Os fundos e o BNDES foram financiadores do capital, seus recursos permitiram o estabelecimento de consórcios que arremataram as empresas públicas.

Ao realizar tais subsídios, os gestores dos fundos não atuaram no processo necessariamente tendo prejuízos financeiros. Pelo contrário, agiram como capitalistas, procurando obter lucros com as transações. Sua origem sindical não os torna diferentes dos demais empresários atuantes nas desestatizações. Como observa Eurelino Coelho, tratam-se de elementos das classes subalternas que ingressaram no estreito círculo de altos funcionários do capital.³⁷

Nossa interpretação parece ser reforçada pelo livro *Privataria Tucana* do jornalista Amaury Ribeiro Júnior, que analisa o papel de Ricardo Sérgio de Oliveira, diretor da área internacional do Banco do Brasil no governo FHC, em algumas privatizações. O jornalista

³⁴ Apud CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...*op.cit.p.173, 175, 178 e 181 (grifos do autor).

³⁵ Os fundos de pensão são mecanismos de complementação da aposentadoria de funcionários de determinadas estatais. LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de laços...*op.cit.p.2 e 31.

³⁶ Idem, p.20 e 21.

³⁷ COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital*, crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos dirigentes do PT (1979-1998). Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.p.510 e 511.

mostra como Ricardo Sérgio foi importante na organização dos consórcios, ao valer-se de sua influência no Banco do Brasil e na Previ. Foi assim que garantiu aportes ao grupo La Fonte (de Carlos Jereissati) no leilão da Telebrás. O mesmo ocorreu com a espanhola Iberdrola, que recebeu recursos da Previ e do Banco do Brasil para adquirir empresas de energia elétrica.³⁸

O “escândalo dos grampos” – escutas ilegais de conversas entre integrantes do governo, ministros e o presidente Fernando Henrique Cardoso às vésperas do leilão da Telebrás – tornou público um caso no qual os fundos de pensão e o BNDES apareciam favorecendo a instituição dos consórcios. As conversas revelam que membros do governo desejam a vitória do consórcio formado pelo Banco Opportunity e pela Telecom Itália e procuravam fazer com que a Previ se juntasse a estes. Mendonça de Barros, Ministro das Comunicações, é transparente em seu pedido a Ricardo Sérgio de Oliveira, do Banco do Brasil: “mas o Opportunity está com problema de fiança. Não dá para o Banco do Brasil dar?”.³⁹

O episódio dos grampos traz à luz um fator que facilitou os diversos financiamentos e subvenções públicas aos grupos capitalistas: o fato de muitos dos integrantes destes últimos possuírem sólida presença na sociedade política. Em uma de suas falas grampeadas, Mendonça de Barros afirma estar reunido com Pérsio Arida, ex- presidente do Banco Central e sócio do Opportunity, membro de um dos consórcios que disputavam o Sistema Telebrás. Na mesma sala, se articulavam o representante do governo e o da empresa (que já havia integrado o governo).⁴⁰

Tal episódio não se configura como exceção. Não raro, empresários com interesses diretos nas privatizações integravam o aparelho de Estado e eram próximos dos principais nomes dos governos que promoviam a venda de empresas estatais. Elena Landau foi diretora da área de desestatização do BNDES e depois integrou o Banco Bear Stearns, como consultora em assuntos de privatização. Também trabalhou no Opportunity com seu marido e sócio, o já mencionado Pérsio Arida. Andrea Calabi, ex-presidente do Banco do Brasil e do BNDES, foi sócio da Consultoria e Empreendimentos Industriais, que assessorava grupos empresariais interessados na compra das estatais, e atuou como conselheiro da Telecom Itália. Francisco

³⁸ RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária...* op.cit.p.57, 69, 75 e 171.

³⁹ As conversas se referiam ao leilão de uma das empresas do sistema Telebrás, a Tele Norte Leste. Apud CARVALHO, Ney. *A guerra...* op.cit.p.485, CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização...* op.cit.p.148.

⁴⁰ Pérsio Arida também foi vice-presidente do Unibanco, instituição que comprou o Banco Econômico e também participou na privatização da CST e da Usiminas. RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária...* op.cit.p.73 e 328. ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais...* op.cit.p.328.

Gros, figura que presidiu o BNDES e o Banco Central, atuou no Morgan Stanley Dean Witter, que prestou assessoria na privatização da Telebrás. Wiston Fritsch, secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, trabalhou no Banco Dresdner Kleinwort Benson, instituição que participou da estruturação da desestatização das telecomunicações brasileiras e também assessorou governos estaduais (BA e RS) em privatizações do setor elétrico.⁴¹

Passados alguns anos da privatização, a presença de figuras vinculadas às empresas no aparelho de Estado continuou usual. Demian Fiocca foi presidente do BNDES entre 2006 e 2007 e, neste último ano, assumiu a Diretoria Executiva de Tecnologia e Informação e Gestão da Vale. Luciano Siani Pires, do alto escalão do BNDES, saiu do banco em 2008 e ocupou o cargo de Diretor de Planejamento Estratégico da Vale. Antônio Carlos Valente, presidente da Telefônica no Brasil, já teve passagens pelo Sistema Telebrás, Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Luiz Francisco Perone, diretor da Brasil Telecom, foi vice-presidente do Conselho Diretor da Anatel de 1997 a 2001. Nelson Narciso, diretor da Agência Nacional do Petróleo atuou na direção da Halliburton em 2005 e 2006.⁴²

Como observamos anteriormente, a Petrobrás não foi privatizada, mas teve suas condições de atuação alteradas. Assim que se iniciou, em 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso empenhou-se em alterar a Constituição e abolir o monopólio estatal da exploração do petróleo. Em favor dessa alteração, argumentava-se que a abertura do setor implicaria em mais investimentos no país de empresas nacionais e estrangeiras. Além disso, ressaltava-se que a Petrobrás não tinha recursos para operar sozinha em todo o país e que a competição a obrigaria a aprimorar seu gerenciamento.⁴³

A partir de 1999, iniciaram-se os leilões de áreas petrolíferas promovidos pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). A Petrobrás e algumas empresas privadas, a maioria multinacional, passaram a disputar áreas ou blocos onde potencialmente há petróleo. De acordo com a legislação, o vencedor da licitação passa a ser o proprietário de todo o petróleo extraído e dispõe do direito de exportar a quantidade que desejar. À União destinam-se até

⁴¹ GOMES, Luiz Marcos. *Os homens do presidente*. São Paulo: Viramundo, 2000, p.23, 35 e 41, RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária...* op.cit.p.184.

⁴² INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO STIFTUNG [et al]. *Empresas transnacionais...* op.cit.p.162 e 163, *Caros Amigos*, nº 173, ano XV, julho de 2011.p.26-28, *Caros Amigos*, nº 138, outubro de 2008, Ano XII, p.42

⁴³ A Petrobrás é uma empresa de economia mista. Em 2009, o Estado brasileiro possuía 32,2% do capital total da Petrobrás e 55,7% de seu capital votante. Estrangeiros eram proprietários de 39,8% do capital total da empresa. GOMES, Américo (org). *Uma proposta classista para a reestatização da Petrobrás*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.p.77.

40% dos lucros da atividade petroléira. Os contratos de concessão tem duração de trinta anos.⁴⁴

Para os críticos do fim do monopólio estatal do petróleo, como a Federação Única dos Petroleiros e a Associação de Engenheiros da Petrobrás, os leilões representam a entrega ao capital privado, internacional em sua maioria, de uma riqueza estratégica, finita e não renovável a preços extremamente baixos. A participação da União nos lucros da exploração (até 40%) foi considerada baixa se comparada à média mundial (84%). Condenou-se a ausência de dispositivos legais que garantissem a liderança da empresa nacional (a Petrobrás), como se é feito em outros países - na Noruega, por exemplo, a estatal Statoil continuou tendo prioridade no recebimento das melhores áreas, sem precisar disputar as licitações.⁴⁵

Os adversários dos leilões realçaram a discrepância entre a enorme lucratividade dos poços e os pequenos valores cobrados pela ANP às empresas para a exploração. Criticando o segundo leilão, do ano 2000, Aloysio Biondi ressaltou que os blocos leiloados a “preços mínimos” de R\$ 50 mil a R\$ 300 mil e vendidos a, no máximo, R\$ 120 milhões, valiam muito mais: por terem entre 1 e 3 bilhões de barris, garantiriam faturamentos entre US\$ 30 bilhões e US\$ 90 bilhões (o autor fez os cálculos considerando US\$ 30 para cada barril – em fevereiro de 2012, o barril superava os US\$ 115 dólares, o que ampliaria o valor dos poços para, no mínimo, US\$ 115 bilhões).⁴⁶

Os leilões possibilitaram ao capital multinacional assumir crescente importância no setor petrolífero brasileiro. Em dez anos, os governos FHC e Lula leiloaram mais de 500 blocos a 72 conglomerados econômicos, a maior parte estrangeira. Um exemplo da crescente proeminência internacional é o bloco de Azulão, leiloado em 2001: é explorado pela Petrobrás, Exxon-Mobil e Hess Corpo, cabendo 20% dos lucros à primeira e 40% para cada uma das demais.⁴⁷

⁴⁴ *Caros Amigos*, outubro de 2008, nº 138, Ano XII, p.42, BENJAMIN, César, METI, Paulo, RIBEIRO, Rômulo Tavares. Sexta licitação: erro estratégico no setor petrolífero IN http://resistir.info/brasil/petroleo_jul04.html (acesso 11/02/2012).

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado II...* op.cit.p.30 e 31, http://www.prensalatina.cu/index.php?option=com_content&task=view&id=475454&Itemid=1 (acesso 11/02/2012), *Caros Amigos*, outubro de 2008, nº 138, Ano XII, p.42.

⁴⁷ Os oligopólios estrangeiros tendem a comprar menos equipamentos das empresas nacionais. A Petrobras, no período do monopólio, realizava em média 85% das compras necessárias ao desenvolvimento e exploração de um campo marítimo e 100% das compras destinadas a equipar um campo terrestre com empresas locais. As multinacionais que participaram da quarta rodada de licitações comprometeram-se a realizar compras locais no

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As privatizações representaram a transferência de consideráveis massas de riqueza para o capital. Se constituíram em um meio de expandir as fronteiras da acumulação privada, uma vez que os oligopólios assumiam o controle de um vasto patrimônio, que abrangia capital fixo, experiência produtiva, controle estratégico do mercado e imagem consolidada. Segundo César Honorato, a venda de empresas públicas de alguns setores, como energia e telecomunicações, foram meios do capital especulativo transmutar-se parcialmente em produtivo, reimplantando-se no próprio circuito fundamental do capital.⁴⁸

As estatais, instituídas com o objetivo de subvencionar os grupos capitalistas, eram assumidas diretamente por aqueles, em um processo marcado por uma série de subsídios estatais – daí Aloysio Biondi o chamar de “privadoação”. Como define Marilena Chaui, a privatização representou a “transferência aos próprios grupos oligopólicos dos antigos mecanismos estatais de proteção dos oligopólios, com ajuda substantiva dos fundos públicos”. Para Delfim Neto, ocorreu uma “mera transferência do empresariado brasileiro, de uma para outra teta do Estado”.⁴⁹

valor médio de 38% do dispêndio total para campos marítimos e 68% para campos terrestres. GOMES, Américo (org). *Uma proposta classista...* op.cit.p.21, O petróleo tem que ser nosso! IN <http://www.sindipetrosjc.org.br/sal/Campanha%20do%20petr%C3%83%C2%B3leo%20n%C3%82%C2%BA%202.pdf> (acesso 11/02/2012), BENJAMIN, César, METI, Paulo, RIBEIRO, Rômulo Tavares. Sexta licitação...op.cit.

⁴⁸ SILVA, Carla L. *Veja...* op.cit.p.336, HONORATO, César. Breve ensaio...op.cit.p.5 e 9.

⁴⁹ Biondi, calculando os gastos dos governos com os subsídios e a preparação das estatais para a privatização – incorporando dívidas, demitindo trabalhadores e pagando indenizações, aceitando pagamentos parcelados dos compradores, etc – chegou a um valor (R\$ 87,6 bilhões) superior ao que foi arrecadado com a venda das empresas públicas (85,2 bilhões). Assim, o autor conclui que os governos neoliberais tiveram prejuízo nos leilões das estatais. BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado...* op.cit.p.68. COELHO, Eurelino. *Uma esquerda...* op.cit.p.424, BIONDI, Aloysio. *Brasil privatizado II...* op.cit.p.39, CHAUI, Marilena. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.p.94, apud FIORI, José Luís. *60 lições...* op.cit.p.212.